

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007290-44.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título**
 Requerente: **Ricardo Carrazedo**
 Requerido: **Marmoraria Nsa Me Marmores & Granitos e outro**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Processo nº 1007290-44.2016**VISTOS.**

RICARDO CARRAZEDO ajuizou a presente **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO cc CANCELAMENTO DE PROTESTO cc REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **MARMORARIA NSA ME MARMORES E GRANITOS e MÁRCIO DONISETE POSTIGO ME**, todos devidamente qualificados nos autos.

O autor informa na sua exordial que adquiriu materiais e contratou serviços da requerida "Marmoraria" que venderia a ele e instalaria pedras de mármore. Alega que o serviço totalizou um valor de R\$ 13.000,00, ficando combinado o pagamento em 05 parcelas fixas de R\$ 2.600,00. A referida requerida deixou de entregar toda a mercadoria e devido a isso o requerente suspendeu o pagamento da última parcela. Enfatiza que a segunda requerida protestou o título correspondente a última parcela e negativou o autor perante os cadastros de órgãos de proteção ao crédito. Requereu liminarmente ordem para suspensão do protesto e a exclusão de seus dados dos cadastros de mal

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pagadores; ao final rogou a procedência total da demanda declarando a inexigibilidade do título e a condenação dos requeridos ao pagamento de indenização a título de danos morais. A inicial veio instruída com documentos às fls. 25/39.

Decisão de fls. 40 deferindo antecipação da tutela e respectivos ofícios.

Devidamente citada, a correquerida Márcio ME apresentou contestação alegando preliminar de ilegitimidade passiva. No mérito, sustentou ser apenas uma terceira de boa-fé, pois mencionou que o título estava endossado, dispensando-se, portanto, a necessidade de prévia consulta quando do repasse. No mais, rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda.

A correquerida Marmoraria deixou transcorrer *in albis* o prazo para apresentação de defesa (cf. fls. 127).

Sobreveio réplica às fls. 140/150.

As partes foram instadas a produzir provas. A requerida Márcio ME manifestou interesse em audiência de instrução, inclusive com o depoimento pessoal do representante da correquerida Marmoraria (fls. 179/188). O autor peticionou apresentando rol de testemunhas às fls. 189.

Em resposta ao despacho de fls. 211 o autor peticionou a fls. 214.

Eis o relatório, no que tenho por essencial.

DECIDO, por entender completa a cognição e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

desnecessária a realização de prova oral.

Na própria inicial o autor admite que recebeu parte do material – mármore – adquirido e ainda que sacou os 4 cheques em pagamento do negócio com a primeira ré MARMORARIA.

Revela mais, que concedeu a ela, MARMORARIA, um prazo suplementar para entrega do restante do material.

Esse restante de material realmente não foi entregue – o que podemos tomar como verdade em razão do silêncio da copostulada – mas não se pode dizer que o contrato restou inadimplido por inteiro.

Aliás, por omissão de redação na inicial não se sabe ao certo quanto de material acabou não sendo entregue, bem como se a requerida MARMORARIA chegou, ou não, a prestar serviços. A petição de fls. 214 que serviria para esclarecer tal ponto veio desacompanhada de documentos.

Nesse ponto é importante consignar que no contrato exibido a fls. 26 está claro que a MARMORARIA negociou com o autor a venda de mármore trabalhado e que tal material seria entregue sem mão de obra de instalação!!

Assim, é de rigor que o autor obtenha um abatimento do preço que pagou, mas o montante somente poderá ser equacionado oportunamente, por arbitramento.

Passo a analisar o pleito de danos morais. E, no caso, não vejo razão para reconhecê-lo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O que se passou, na verdade, foi simples desacordo comercial, insuscetível de causar o menoscabo moral, conforme venho decidindo em casos análogos.

A respeito cf. STJ – 3ª T. REsp 50.999/SC.

No mesmo diapasão a seguinte ensinança: AgRg no Ag 865229/DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, 4ª Turma, DJ 02/03/04 - STJ:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. VEDAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. conquanto o dano moral dispense prova em concreto, competes ao julgador verificar, com base nos elementos de fato e prova dos autos, se o fato em apreço é apto, ou não, a causar o dano moral, distanciando-se do mero aborrecimento. De fato, na espécie, o Tribunal a quo não reconheceu o dever de indenizar, por entender ausente o abalo moral do agravante. Rever tal entendimento implicaria o reexame de fatos e provas, o que é vedado nos termos do verbete nº 7 da Súmula do STJ.

2. Agravo improvido.

Hodiernamente, o que se vê é a banalização do instituto do dano moral. Qualquer discussão ou mero aborrecimento dão azo a ações de indenizações por danos morais, desamparadas de fundamento e desacompanhadas dos requisitos essenciais da responsabilidade civil e do dano moral.

Veja-se:

(...) Não há falar em indenização por dano moral se as sensações de dor moral não passam de mero aborrecimento. Não comprovando escorreitamente a autora os fatos constitutivos do seu direito (art. 333, inc. I do CPC) e restando,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

assim, indemonstrados os requisitos aptos a gerar o dever de indenizar, quais sejam, o evento danoso, o dano efetivo e o nexo causal entre o ato/fato e a lesão, é de ser negado o pedido de indenização por danos morais. (TJSC; acórdão 2007.014592-7; rel. Des. Mazoni Ferreira, data da decisão: 10/05/07, com grifos meus).

Confira-se, ainda:

CIVIL – Dano moral – CDC – Responsabilidade civil objetiva elidida – Inconfiguração – Ausência de prova de fato ensejador – Transtornos do dia a dia – Suscetibilidade exagerada. 1. A responsabilidade civil objetiva do fornecedor de serviços e/ou produtos fica elidida, porque cede diante da prova da inexistência de fato a dar ensejo ao dano moral reclamado. 2. Só deve ser capaz de causar efetivo dano moral, a ocorrência efetiva da dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade dos acontecimentos do cotidiano, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. 2.1. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazer parte do que rotineiramente acontece no nosso dia-a-dia, no trato com terceiros, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até mesmo no ambiente familiar, tais situações não são tão intensas, profundas e duradouras a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo e suficientes a lhe ensejar sofrimento interno e profundo no seu âmago, provocativo de dano moral que mereça ressarcimento. 2.2. Ao contrário, seria tutelar de forma distinta e inadmissível quem, fugindo à regra da normalidade das pessoas, possui exagerada e descomedida suscetibilidade, mostrando-se por demais intolerante. Recurso da ré conhecido e provido para julgar improcedente a postulação inicial, dando-se por prejudicado o recurso da autora (TJDF – ACJ nº 20.010.810.023.985 – DF – 2ª TRJE – Rel. Des. Benito Augusto Tiezzi – DJU 01.04.2002). Para que seja devida a indenização por dano moral é necessário que o autor comprove a efetiva ocorrência de prejuízo com a configuração de abalo moral ou psicológico do ofendido. (TAPR – AC nº 188.323-6 – 1ª C. Civil – Rel. Marcos de Luca Fanchin – DJPR 31/10/2002 – com grifos meus).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Por fim, em relação à corrê Márcio ME a ação é improcedente.

O autor não traz aos autos alegações de ocorrência de conluio ou má-fé no ato do endosso.

Nos títulos nenhuma referência ao negócio originário foi feita.

Outrossim, o endosso foi passado em branco, sem data, impossível aferir se o ato de transferência sucedeu ou não a ordem de oposição de fls. 30 (07/04/16).

Ou seja, a corrê, terceira estranha à relação que teria dado causa aos saques.

A ela, assim, não podem ser opostas exceções/questões típicas de debate entre os envolvidos no negócio.

Como corolário do princípio da autonomia tem-se o subprincípio da abstração, ou seja, a obrigação cambial desprende-se do negócio jurídico subjacente, de modo que não é lícito ao devedor-emitente invocar tal relação jurídica para tentar ilidir qualquer responsabilidade perante o terceiro de boa-fé.

Cheques são títulos não causais, para pagamento à vista.

Acerca da natureza não causal do cheque, leciona Fábio Ulhoa Coelho:

Quanto às hipóteses de emissão, os títulos de crédito ou são causais ou não-causais (também chamados de abstratos),



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

segundo a lei circunscreva, ou não, as causas que autorizam a sua criação. Um título causal somente pode ser emitido se ocorrer o fato que a lei elegeu como causa possível para sua emissão, ao passo que um título não-causal, ou abstrato, pode ser criado por qualquer causa, para representar obrigação de qualquer natureza no momento do saque. A duplicata mercantil, exemplo de título causal, somente pode ser criada para representar obrigação decorrente de compra e venda mercantil. Já o cheque e a nota promissória podem ser emitidos para representar obrigação das mais diversas naturezas. (Manual de direito comercial. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 219).

Nesse diapasão vêm decidindo nossos Tribunais:

(...) Sendo o cheque título cambiário não causal, autônomo e abstrato, o portador nada tem a provar acerca da sua origem, uma vez que, ocorrida a sua emissão, desvincula-se por completo do negócio jurídico subjacente (TJSC, Apelação Cível nº 2003.025240-1, Rel. Des. Ricardo Fontes, DJ de 28/04/2005).

Ao emitir um cheque, o titular da cártula submete-se ao regime próprio previsto em lei desse título de crédito, que é regulado pelo direito cambiário, e indica sua concordância implícita com eventual endosso do título e a negociação do crédito perante terceiros, conta quem não poderá o emitente opor exceções baseadas na relação jurídica inicial.

“Ainda que excepcionalmente possível a investigação da causa debendi, compete ao devedor o ônus de trazer aos autos prova capaz de desconstituir o título” – (AGRAVO REGIMENTAL no REsp 1148413/PI, Min. CASTRO MEIRA, Segunda Turma, Data do julgamento: 08/05/2012).

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pleito em relação à MARMORARIA NSA ME MARMORES E GRANITOS para declarar que o autor tem direito a um abatimento no valor do negócio, o que será apurado por arbitramento na fase oportuna, e poderá perseguir nestes autos seu eventual crédito.

Diante da sucumbência recíproca as custas serão rateadas entre as partes. Fixo honorários ao procurador do autor em 20% do valor da causa e ao procurador da ré também em 20% do valor dado à causa.

JULGO IMPROCEDENTE o pleito em relação à MÁRCIO DONISETTE POSTIGO ME, condenando o autor a pagar os honorários do patrono da respectiva requerida em 20% do valor dado à causa.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 12 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**